

DAVIS, Angela. Mulheres, raça e classe. São Paulo: Boitempo, 2016.

Resenha por Paula Menezes¹

A tradução deste livro, 35 anos depois de sua publicação original em inglês, revela as carências e ausências do debate acadêmico que substancializa o estudo de desigualdades cruzadas, ou como mais propriamente se tem chamado, a interseccionalidade. No Brasil, são muitos os estudos sobre a classe trabalhadora, mais alguns muitos sobre a questão racial, também outros sobre as mulheres trabalhadoras: porém, a dificuldade reside em análises substanciais, como a de Angela Davis, que se constrói sobre bases históricas, não apenas anunciando ou afirmando a conexão de opressões, mas privilegiando uma costura destes elementos em termos concretos. O resultado é um conjunto de contribuições que não se reduzem a apenas um tema: temos aqui uma obra cuja potência se abre em várias direções, desde a análise sobre a cultura do estupro na constituição da sociedade racista-patriarcal-capitalista até a própria discriminação racial no seio do movimento feminista estadunidense.

Hoje, Angela Davis, professora emérita da Universidade da Califórnia, se dedica a estudos sobre prisões, liberdade e representações da mulher negra. Sua perspectiva, que procura nas articulações entre sexismo, racismo e capitalismo a compreensão de inúmeros fenômenos, permanece, desde seus primeiros estudos, como sua contribuição mais relevante. Entretanto, o livro que apresentamos é sem dúvida sua obra mais reconhecida pela profunda influência que teve não apenas ao defender a articulação entre as hierarquias baseadas no sexo, raça e classe social, mas igualmente pela qualidade de pesquisa histórica que dá base a seus argumentos.

O primeiro capítulo sintetiza as principais teses da autora ao longo do livro, evidenciando a especificidade da mulher negra na sociedade estadunidense. O tema do matriarcado negro é logo de início tratado pela autora, trazendo a contribuição de Herbert Gutman e seus argumentos, para defender que a história das mulheres negras deve ser recuperada desde a escravidão para compreender, de modo concreto, “o papel multidimensional das mulheres negras no interior da família e da comunidade escrava como um todo” (17). Em seguida, ela afirma que a importância do *trabalho*, ou seja, o papel atribuído às mulheres escravas como trabalhadoras/produtoras (trabalhadoras domésticas, mais ao Norte e agrícolas, mais ao Sul) é um dos aspectos centrais da identidade e dominação deste grupo. Neste sentido, o aspecto do trabalho aproximava homens e

¹ Doutora em Sociologia. Email: menezes.paula@gmail.com

mulheres negros, sendo, portanto, uma aproximação entre classe social e raça. Porém, para Davis, duas questões evidenciavam a especificidade da mulher negra: abusos sexuais e, após a abolição do tráfico de escravos, a sua valorização enquanto figura reprodutiva (porém não materna).

A partir deste ponto, Angela Davis descreve as condições de exploração pelas quais as escravas passavam. Até mesmo quando empregadas em indústrias, elas estavam em indústrias pesadas junto com crianças, quase na mesma proporção que homens. A substituição de animais de carga por escravas nas minas do Sul do país é apenas um dos exemplos grotescos de exploração, já que os industriais consideravam as mulheres negras mais baratas para manutenção. As mulheres brancas, por sua vez, neste momento, eram coibidas ao papel doméstico, que a autora situa como um resultado da industrialização e separação entre esfera privada (reprodução) e pública (produção). Relegadas à inferioridade do lar, as mulheres brancas se viam presas aos papéis de mãe e dona de casa: entretanto, no universo da escravidão, as mulheres negras continuavam a ser exploradas sexual e economicamente. Ao invés de retratá-las enquanto vítimas, a filósofa dedica algumas páginas a recuperar algumas fontes históricas que revelam a força e resistência das mulheres negras durante a escravidão, até mesmo para defender “seus companheiros das tentativas do sistema escravista de depreciá-los” (31).

Nos sete capítulos seguintes, a autora se dedica a explorar a história do movimento abolicionista e do movimento sufragista nos Estados Unidos que, segundo ela, tiveram uma importância recíproca. Esta talvez seja a contribuição mais consistente da autora para uma concepção teórica de articulação entre as três dimensões de opressão que dão título ao livro. De fato, o primeiro deles analisado (movimento abolicionista) atraiu uma forte presença de mulheres brancas, que viam na situação dos escravos uma opressão similar, uma vez que o casamento teria sido, para estas primeiras feministas brancas, uma “escravidão”. Sem medo de possíveis interpretações acusatórias contra esta tese, Davis afirma que “o abolicionismo, por sua vez, conferia a elas [mulheres brancas] a oportunidade de iniciar um protesto implícito contra o caráter opressivo de seu papel no lar” (49). Tal como na vida de Elizabeth Stanton, uma das feministas brancas mais importantes deste momento analisado por Davis, estas mulheres nutriam profunda insatisfação com o casamento e a maternidade diante de suas aspirações políticas e intelectuais. Como ela, as mulheres brancas reuniram uma experiência política fundamental de organização em torno da causa abolicionista, criando as condições necessárias para a organização contra a opressão patriarcal.

A partir da pesquisa sobre esta simbólica relação entre estes dois movimentos, Angela Davis sinaliza os limites racistas de muitas destas abolicionistas: por exemplo, a negação para a integração

escolar de crianças brancas e negras e a ausência de espaços para mulheres negras na própria organização do movimento feminista. Uma das que conseguiram romper estes limites foi Sojourner Truth, que comparece a uma das Convenções de mulheres abolicionistas, rompendo o silêncio e proferindo um discurso histórico. Foi também no âmbito da luta pelo sufrágio que se colocaram os fortes limites racistas da sociedade estadunidense: em alguns momentos, homens e mulheres brancas assumiam uma aliança estratégica para impedir votos de homens (e mulheres) negros/as: “Ao representar os interesses da classe de ex-proprietários de escravos, o Partido Democrata procurava impedir a extensão do voto à população negra masculina do sul. Por isso, muitos líderes democratas defendiam o sufrágio feminino como uma medida calculada contra seus oponentes republicanos”. (89).

Os limites para os negros, e particularmente para as mulheres, não eram apenas políticos, como se sabe. O trabalho foi aspecto fundamental para separar classe e raça. Negros eram apenas força de trabalho, ainda desumanizados, trabalhando nas ocupações mais pesadas e difíceis. O trabalho doméstico feito por mulheres negras marcou a segregação econômica e política: mulheres brancas rejeitavam tais trabalhos, demarcando claramente a distância social entre brancas e negras, recusando-se, inclusive, a reconhecer a organização das domésticas e mesmo explorando seu trabalho.

Era no âmbito da educação, entretanto, que se viam algumas verdadeiras iniciativas de sororidade. A autora descreve as tentativas de integração e promoção de formação educacional de negros por mulheres brancas. Despejos e incêndios eram comuns como boicote a estas escolas, como no caso descrito por Davis de Myrtilla Miner. Assim, no capítulo 6, Angela Davis sugere que a educação foi um dos principais símbolos do projeto de emancipação negra no pós-abolição. O sacrifício material das famílias era parte de um projeto geracional de liberdade.

No breve porém importante capítulo intitulado “Mulheres Comunistas”, Davis faz uma rápida recuperação do início dos Partidos Socialista e Comunista nos Estados Unidos. A questão racial, francamente negada como secundária, vem a ser reconhecida apenas nos anos 1930, particularmente a partir de lutas individuais como as das mulheres descritas pela autora. Embora brancas em maioria, estas mulheres foram centrais na aproximação da causa comunista com a luta antirracista.

Em seu capítulo sobre estupro e racismo, Angela Davis inicia com a afirmação que as leis nos países capitalistas em geral servem para proteger homens de classes mais altas. O resultado previsível é que os homens condenados em sua maioria devido ao crime de estupro são negros e

pobres, reforçando não apenas o estereótipo do negro estuprador como sendo também um dos fundamentos de legitimação do racismo sistemático contra comunidades negras. Assim, Davis sinaliza que a baixa participação das mulheres negras em movimentos anti-estupro não se deve a uma indiferença destas, mas ao contrário, em sua resistência em participar de um movimento que, claramente, muitas vezes acolhia falsas acusações contra homens negros. As mulheres negras, então, passam a chamar à atenção ao papel do racismo enquanto legitimador crucial na cultura do estupro. O uso de falsas acusações de estupro para promover linchamentos de minorias étnicas não podia ser ignorada pelas mulheres negras em sua participação na luta contra o abuso sexual. Esta tática passa a ser usada, na história estadunidense, particularmente no final do século XIX, com grupos como Ku Klux Klan e Cavaleiros da Camélia Branca. A leitura deste capítulo é fundamental para compreender as inversões feitas pelo racismo, levando deliberadamente ou inconscientemente à acusação, julgamento e encarceramento da população negra. Não apenas uma arma de desmoralização do povo negro, o racismo está inteiramente associado ao papel econômico do estupro: “Como a base da licença para estuprar mulheres negras durante a escravidão era o poder econômico dos proprietários de escravos, a estrutura de classe da sociedade capitalista também abriga um incentivo ao estupro” (201), como afirma Davis, principalmente a partir do sistema legal que autoriza e legitima sob o invólucro da imparcialidade. Por fim, a autora arremata: “Quando homens da classe trabalhadora aceitam o convite ao estupro que lhes é estendido pela ideologia da supremacia masculina, eles estão aceitando um suborno, uma compensação ilusória à sua falta de poder” (202).

O capítulo que se segue, sobre a questão dos direitos reprodutivos, demonstra os mesmos dilemas na luta contra o estupro: os movimentos de mulheres que se baseavam em um modelo familiar burguês não atingiam as aspirações de mulheres pobres e negras, que tinham demandas de uma outra dimensão. Embora a luta a favor do aborto e pelo planejamento familiar tivesse, em tese, uma aspiração a contemplar todas as mulheres, as falhas nesta luta levaram a uma inevitável política eugenista de esterilização em massa. O projeto realizado em Porto Rico, em 1939, trouxe como experimento a esterilização de mulheres como política de controle de desemprego. Embora seja este um dos principais ataques racistas sistemáticos às mulheres indígenas, negras e chicanas, o movimento feminista branco ainda reluta em trazer uma pauta específica sobre o assunto, priorizando a luta em relação ao aborto e controle contraceptivo. Ao fazermos uma comparação com o Brasil, embora tal política de esterilização não tenha sido encaminhada pelo Estado tal como na realidade estadunidense, o movimento de mulheres negras atualmente denuncia a

desmoralização e as práticas de acompanhamento gestacional e de parto como extremamente violentas entre mulheres negras e de classes mais baixas, baseadas no “mito da força da mulher negra”.

Por fim, o último capítulo do livro de Davis traz contribuições específicas sobre o trabalho doméstico, tradicionalmente invisibilizado como fonte de lucro do sistema capitalista. A separação das esferas da economia doméstica e do mercado, família e trabalho, privado e público, estruturante da sociedade capitalista, leva a um conseqüente desprestígio das tarefas domésticas, organizadas pela mulher. Mais uma vez, Davis vai tocar nas feridas dos movimentos feministas, neste caso proferindo-se contra a ideia de um “salário mínimo” para as mulheres, compensando seu papel fundamental nas tarefas domésticas. Ora, Davis certamente desencoraja esta solução pois confina mulheres ao seu papel do lar, sendo particularmente pior para mulheres negras e pobres, uma vez que esta posição é inevitavelmente associada aos tempos da escravidão. A filósofa, então, defende que incentivar mulheres a ocupar o mercado de trabalho seria mais interessante do ponto de vista político, recorrendo à socialização do cuidado (*care*) e a industrialização das tarefas domésticas: “A abolição das tarefas domésticas enquanto responsabilidade privada e individual das mulheres é claramente um objetivo estratégico da libertação feminina” (244).

Angela Davis é sem dúvida uma intelectual e militante para ser lida, compreendida e utilizada nas interpretações da realidade brasileira. Entretanto, como parte fundamental de sua contribuição, a historicidade do fenômeno racial em relação com as opressões de gênero e classe social é o ponto de enlace de sua teoria. Trazer Davis para a interpretação da interseccionalidade é um ganho imenso para as teorias históricas e sociológicas brasileiras, assim como seu exemplo pessoal de ativismo, parte indissociável do brilhantismo de sua análise.